

A democracia e a gestão democrática da educação no contexto das políticas neoliberais: a luta pela emancipação humana frente à mercantilização da educação

Regis Clemente da Costa (UFFS)
rclementecosta@yahoo.com.br

1 Introdução

Esse estudo tem como objetivo discutir a democracia e a gestão democrática da educação no contexto das políticas neoliberais e os dilemas e contradições da luta por uma educação com vistas à emancipação humana frente à mercantilização da educação. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com base no método materialista histórico e dialético, com alguns resultados já publicados em Costa (2020; 2022). Dentre os autores fundamentam essa pesquisa podemos destacar Marx (2010), Marx e Engels (2005), Saes (1987), Anderson (1995), Appel e Beane (1997), Appel (2003), Cury (2007), Vieira (2007), Freitas (2018), Shiroma (2018), Paro (2001), Schlesener (2011).

Fundamenta-se o significado de democracia e faz-se a crítica à democracia burguesa, que é uma democracia formal, dominada e a serviço da conservação do capitalismo. Discute-se as políticas neoliberais e suas posições avessas à gestão democrática da educação, que tem a democracia como um entrave aos seus interesses e à sua visão administrativa e gerencial.

Entende-se a gestão democrática no contexto das lutas por escolas democráticas, por participação na sociedade, como parte do processo formativo na escola, mas que não se esgotam no espaço escolar, o que pressupõe a luta por educação e por democracia (PARO, 2001); (CURY, 2007); (VIEIRA, 2007), tendo como base a definição de educação como prática social, como atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou das classes sociais, sendo ela mesma uma forma específica de relação social. (FRIGOTTO, 2010).

A democracia é o conceito central e basilar nessa discussão. A partir da compreensão do seu significado, busca-se problematizar o quão pernicioso é a gestão empresarial em curso na educação brasileira, que transforma a educação em mercadoria, a escola um balcão de negócios e se sobrepõe à gestão democrática nos processos determinados pelos órgãos governamentais sob controle de governos neoliberais.

2 A luta pela emancipação humana frente à mercantilização da educação

A emancipação humana é um conceito que está embasado nas concepções teóricas e práticas de Marx e Engels. Trata-se de um processo histórico em construção de superação das formas de alienação, exploração e dominação de classe e a instauração das relações sociais onde o livre desenvolvimento solidário e cooperativo de cada um signifique o desenvolvimento de todos. (FRIGOTTO, 2021); (TONET, 2012). Ela só pode se realizar por meio da ação dos trabalhadores, como sujeitos da sua própria história e isso só será possível com a superação do Estado burguês, da exploração do homem pelo homem e do sistema capitalista.

A origem do termo democracia está relacionada aos gregos, mais especificamente os atenienses e significa *demos* (povo) e *kratos* (governar). Em Atenas, a palavra *demos* referia-se a todos os atenienses; no entanto, em alguns casos apenas às pessoas comuns, ou os pobres. (DAHL, 2001).

Saes (1987) destaca que a democracia se apresenta como forma de Estado e como regime político cabível em qualquer tipo de Estado. Para ele, a democracia burguesa representou um salto qualitativo em relação às democracias pré-burguesas. Ela se insere no contexto do Estado burguês, que converte todos os homens em sujeitos individuais de direitos e deveres (cidadania, no plano civil e político). (SAES, 1987).

Na perspectiva de Marx, a democracia no Estado burguês está relacionada à emancipação política que leva o homem a ser membro da sociedade burguesa, de modo que ela é efetivada pelo Estado e a emancipação humana efetivada pelo povo, na comunidade humana. (MARX, 2010).

No Brasil, a classe dominante, historicamente repeliu a participação popular. Ao longo do século XX o país conviveu com golpes e ditaduras. Nesse século, o país presenciou o golpe de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff. Desde então, o Brasil está em constante tensão devido às ameaças golpistas do ex-presidente Jair Bolsonaro, com apoio da direita, extrema direita, de militares, de grupos empresariais, do agronegócio e de grupos religiosos fundamentalistas.

A partir de 2016, com a chegada de Michel Temer (2016-2018) à Presidência da República, as políticas neoliberais avançaram rapidamente, redefinindo o papel do Estado com a aprovação de várias reformas que retiraram direitos dos trabalhadores

para atender os interesses dos empresários. Nesse contexto, a educação pública foi duramente impactada pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os investimentos públicos em educação pelos próximos 20 anos, pela Reforma do Ensino Médio, e pela Base Nacional Comum Curricular.

A adoção do modelo neoliberal redefine o papel do Estado e, por consequência, reorienta as fronteiras entre o público e o privado (APPEL, 2003). O Estado, ao adotar as políticas neoliberais, assume seus manuais e suas diretrizes. Trata-se de um conjunto de ações que impõe a lógica do mercado, suas práticas organizacionais e suas concepções ideológicas em todos os espaços e serviços públicos, sob a alegação de que são mais eficientes, mais eficazes, mais competentes, que obtém mais e melhores resultados. No entanto, as reais intenções do mercado é eliminar a gestão pública e instaurar um mercado empreendedor na área. (FREITAS, 2018). Trata-se de uma relação presente há décadas nas políticas públicas e são desdobramentos dos documentos do Banco Mundial. (SHIROMA, 2018).

Essas ações, para que sejam exitosas, requerem a imposição de metas, índices, ranqueamentos, competição e concorrência. Requerem também que sejam reforçadas posições de hierarquia, premiação, recompensa e punição. Requer, inclusive, ações que impactem a consciência de classe dos trabalhadores, o ataque aos sindicatos ou às entidades representativas.

A lógica democrática pressupõe participação, construção, transparência, inclusão e se pauta por interesses públicos e coletivos. A democracia, portanto, é um empecilho para os neoliberais, além de não ser um valor ou um princípio, é um entrave à implementação dos seus interesses, normas, regras e visão administrativa. (ANDERSON, 1995). A hostilidade dos neoliberais com a democracia está presente desde às suas origens. Em muitos casos apoiaram ditaduras como no Chile e no Brasil, e continuam apoiando golpes de Estado, como em 2016, no Brasil.

Nesse sentido é possível afirmar que sob a gestão empresarial, a educação perde seu caráter de relação e prática social e passa a ser entendida e praticada como mercadoria. A democracia e a gestão democrática, nesse contexto, estão submetidas ao controle do mercado e aos seus interesses.

Esse fato porém, não é consumado e o controle do mercado não é acabado. Na história do Brasil, as mobilizações em torno à gestão democrática se inserem no

conjunto das lutas pela redemocratização, num cenário de repressão, perseguições, prisões, assassinatos pela ditadura militar (1964-1985).

Esses acontecimentos demonstram que essa relação pode ser alterada pela correlação de forças, imprimindo à democracia um sentido menos pessimista ou determinista de serviço do capital. (SCHLESENER 2011). A conquista da democracia, portanto, está relacionada ao processo revolucionário e às lutas da classe trabalhadora. (MARX; ENGELS, 2005).

As lutas em defesa da educação na perspectiva da emancipação humana, portanto, para se fortalecerem, requerem a mobilização em torno ao modelo de democracia e de gestão democrática que se pretende construir de maneira a contemplar a educação voltada à formação humana e não ao mercado.

3 Considerações Finais

No contexto das políticas neoliberais a democracia e a gestão democrática da educação pública são intencionalmente enfraquecidas e substituídas pela gestão empresarial, sob a lógica do mercado, que tolhe, não somente a participação democrática, mas controla todos os processos e os subordina aos interesses privados.

Quando a educação passa a ser gerida pela lógica neoliberal, com base nos princípios empresariais e do mercado, se colocam limites profundos à democracia e à gestão democrática.

Democracia e a gestão democrática da educação, portanto, se contrapõem à gestão empresarial, pois elas se pautam por construções coletivas, de articulações e mobilizações populares históricas em torno de um projeto de educação. Uma sociedade democrática garante a prática da gestão democrática da educação pública e possibilita a construção da educação na perspectiva da emancipação humana.

Nesse sentido, a luta por uma educação na perspectiva da emancipação humana pressupõe a luta pela democracia que esteja a cargo dos trabalhadores e atenda os interesses e necessidades da classe trabalhadora em que o centro são as relações sociais, a vida, a formação humana e não o lucro.

Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- APPEL, Michael. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPEL, Michael; BEANE, James. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- COSTA, R. C. da. Gestão democrática da escola em tempos de neoliberalismo, conservadorismo e militarização da educação. *IN*.: PEREIRA, A. L.; JESUZ, Danilo Augusto Ferreira de; PEREIRA, Francine Baranoski; FREIRE, Leila Inês Follmann. (Orgs.). **Docência: processo do aprender e do ensinar**. São Carlos: Pedro & João, 2020.
- CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração Escolar**. 2007. v. 23, nº 3, p. 483-495. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19144/11145>>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- DAHL, R. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, G. Emancipação Humana. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.
- SCHLESENER, A. H. Gestão democrática da educação e formação de conselhos escolares. *In*: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, DF: Liber Livro, 2011. p. 173-85.
- SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**. 2018. v. 27, n. 2, p. 88-

106. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8093/5344>. Acesso em: 21 jul. 2022.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revistando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração Escolar**. 2007. v. 23, nº 1, p. 53-69. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19013/11044>. Acesso em: 10 dez 2018.